

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

-----Aos vinte e três dias do mês de Março do ano dois mil e nove, nesta vila de Bombarral e salão de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Luis Alberto Camilo Duarte, do senhor vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte e dos senhores vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, José João Jesus Ferreira, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, Mário Gomes Morgado e Bruno António Martins Santos. -----

-----Secretariou a reunião o Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

-----Pelas 15:20 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor Presidente da Câmara. -----

ORDEM DO DIA

- 0385. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO DO IDOSO:** Foi presente a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara: “Considerando que os idosos se constituem como um dos sectores da população mais desprotegidos, surge assim a necessidade de os apoiar de modo a que se possa contribuir para a sua dignificação e melhoria das condições de vida. De salientar que entre a população portuguesa que se encontra em situação de pobreza, é precisamente no grupo dos mais idosos (65 anos ou mais) que se continuam a verificar as situações de maior severidade e em que os níveis de privação decorrentes da escassez de recursos monetários são ainda mais elevados, pelo que se impõe uma intervenção dirigida a esta faixa etária no sentido de melhorar a situação de fragilidade social em que se encontra. Assim, e como se pode verificar pelo Diagnóstico Social do Concelho do Bombarral, entre 1991 e 2001, segundo os Censos houve um acentuado crescimento da população idosa (22,5%) sobretudo idosos com mais de 69 anos. Também é de realçar, o facto da maioria da população deste concelho viver de qualquer tipo de apoio, provindo estes da família e do Estado. De registar que se incluem neste aumento, os idosos que recebem pensão / reforma. Neste sentido, e considerando que, nos termos da Lei é da competência das autarquias locais a promoção da resolução dos problemas que afectam as populações, nomeadamente através do apoio a estratos sociais mais desfavorecidos, o Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Bombarral considera importante a criação de alguns recursos que permitam minorar os problemas dos idosos munícipes. Assim, passa a apresentar a criação do Cartão Municipal do Idoso que visa melhorar as condições especiais no acesso a alguns bens e serviços. Isto é, pretende-se que os estabelecimentos comerciais do concelho adiram a este projecto fazendo alguns descontos a esta população, mediante a apresentação do Cartão, mas também implementá-lo numa das áreas onde os idosos gastam a maioria dos seus rendimentos, a saúde (medicamentos). De acordo, com dados do Diagnóstico Social do Concelho verifica-se um número de idosos bastante significativo (2900), isto é, uma percentagem de 22,5% na população com mais de 65 anos. No que diz respeito, ao modo como foi escolhido a amostra deste estudo, esta é baseada no total da população idosa de onde consideramos que 5% destes idosos vivem em situação de pobreza, ou seja, cerca de 145. Neste sentido, os idosos em situação de pobreza que podem beneficiar do Cartão Municipal do Idoso são todos os cidadãos que cumulativamente preencham os seguintes requisitos:-----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

a) Terem idade igual ou superior a 65 anos; -----
b) Serem pensionistas, reformados ou carenciados, sem meio de subsistência; -----
c) Residirem no concelho do Bombarral há pelo menos 5 anos; -----
d) Agregado familiar cujo rendimento per capita seja inferior a 60% do Salário mínimo Nacional; -----
e) Possuírem habitações com condições de habitabilidade precárias; -----
f) Não usufruam de outro tipo de subsídios ou apoios; -----
g) Não recebam apoio da Segurança Social para a comparticipação de medicamentos;
h) Só serão comparticipados medicamentos de uso continuado mediante receita médica; -----
i) Ausência de apoio familiar; -----
j) Terem uma despesa mensal fixa que ultrapasse 25% do rendimento do agregado familiar (água, luz, renda de casa com o respectivo recibo).-----
Facto é que a pobreza e a exclusão social assumem formas complexas e multidimensionais que determinam a adopção de estratégias integradas, tais como a implementação do Cartão Municipal do Idoso.” -----
-----O senhor vereador Fialho Marcelino chamou a atenção de que deveria ser anexado ao regulamento o fac-símile do cartão, para também ser um documento oficial. -----
-----O senhor vereador Mário Morgado considerou que o regulamento deveria conter a forma de publicitação do cartão. -----
-----Depois de introduzidas diversas correcções sugeridas pelos senhores vereadores Gabriel Martins, Bruno Santos, Mário Morgado e Fialho Marcelino, foi deliberado por unanimidade aprovar o seguinte projecto de Regulamento para Atribuição do Cartão do Idoso, condicionado à apresentação de uma definição de agregado familiar:----
-----“PROJECTO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO: Nas sociedades contemporâneas reveste especial preocupação as condições e qualidade de vida, designadamente da população considerada mais desfavorecida, onde se inclui a população idosa e carenciada. -----
-----Ora, as autarquias locais assumem, pois, peculiar relevo nesta matéria, uma vez lhes incumbe a resolução das questões problemáticas que afectam os seus municípios, em particular e no que ora respeita, o apoio devido aos estratos sociais mais desfavorecidos, mediante o recurso aos meios considerados adequados e nos termos delineados nos regulamentos municipais. -----
-----Assim, o Município do Bombarral não descarta a responsabilidade social que lhe está inerente, constituindo uma sua preocupação basilar a promoção das condições de vida de todos os municípios, em especial dos municípios idosos com menores recursos, ou seja, em situação de pobreza.-----
-----Neste sentido, o Município de Bombarral assume a promoção do “Cartão Municipal do Idoso” na área do Município como um factor de desenvolvimento social.-
-----A Câmara Municipal de Bombarral delibera aprovar o presente Projecto de Regulamento ao abrigo do disposto no art. 241º da Constituição da República Portuguesa (Poder Regulamentar) e do artigo 53º, nº2, alínea a) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro (competências da Câmara Municipal no âmbito do apoio actividades de interesse municipal).-----

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

91 -----Capítulo I - Disposições Gerais.-----
92 -----Artigo 1º - Objecto -----
93 -----O presente regulamento destina-se à definição dos critérios de atribuição do
94 Cartão do Idoso e do Cartão Social do Idoso pela Câmara Municipal de Bombarral,
95 bem como todos os benefícios inerentes às condições de utilização do mesmo. -----
96 -----Artigo 2º - Âmbito -----
97 -----O Cartão Municipal do Idoso pode subdividir-se no Cartão Social do Idoso e no
98 Cartão do Idoso. -----
99 -----1 - O Cartão Social do Idoso destina-se a apoiar os idosos residentes no Con-
100 celho do Bombarral, economicamente mais carenciados que, por falta de meios, estão
101 impossibilitados de terem acesso a uma situação financeira mais digna. -----
102 -----2 - O Cartão do Idoso visa apoiar todos os idosos residentes no concelho de
103 Bombarral.-----
104 -----Capítulo II - Cartão Social do Idoso -----
105 -----Artigo 3º - Beneficiários-----
106 -----1 - Podem beneficiar do Cartão Social do Idoso todos os cidadãos residentes
107 no concelho do Bombarral, desde que, cumulativamente, preencham os seguintes
108 requisitos:-----
109 -----a) Terem idade igual ou superior a 65 anos.-----
110 -----b) Serem pensionistas, reformados ou carenciados, nos termos da alínea d) do
111 presente artigo.-----
112 -----c) Residirem no Concelho do Bombarral há pelo menos 5 anos; -----
113 -----d) Agregado familiar cujo rendimento per capita seja inferior a 60% do Salário
114 Mínimo Nacional; -----
115 -----e) Terem uma despesa mensal fixa que ultrapasse 25% do rendimento do
116 agregado familiar (água, luz, encargos fixos com arrendamento e aquisição de habita-
117 ção própria devida e obrigatoriamente comprovada com o respectivo recibo); -----
118 -----2 - Entende-se por agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por
119 vínculo de parentesco até ao 3.º grau da linha colateral; por casamento ou outras
120 situações assimiláveis há mais de 1 ano, desde que vivam em economia comum.-----
121 -----Artigo 4º - Processo de Candidatura -----
122 -----1 - A candidatura ao Cartão Social do Idoso é apresentada no Gabinete de
123 Acção Social da Câmara Municipal de Bombarral, mediante requerimento fornecido
124 pelos respectivos serviços.-----
125 -----2 - Os requerentes aquando da candidatura deverão entregar os seguintes
126 documentos: -----
127 -----a) Bilhete de Identidade (cópia); -----
128 -----b) Duas fotografias;-----
129 -----c) Cópia do comprovativo dos rendimentos do agregado familiar;-----
130 -----d) Declaração da Junta de Freguesia na qual deve constar o número de eleitor,
131 a data de emissão, o local de residência e a composição do agregado familiar; -----
132 -----e) Cópia da declaração das finanças comprovativa do registo de bens imóveis;
133 -----f) Apresentação de despesas fixas, designadamente da renda da habitação, ou
134 prestação para aquisição de habitação, água e luz com o respectivo comprovativo dos
135 últimos três recibos, sendo que no recibo da renda da habitação deverá constar obri-

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

gatoriamente o nome e o número de contribuinte do senhorio e no caso de habitação própria permanente a identificação do mutuário. -----

-----3 - A apresentação de uma candidatura não confere ao idoso o direito á atribuição do Cartão Social do Idoso ou qualquer outra regalia ou benefício. -----

-----Artigo 5º - Análise da Candidatura-----

-----1 - O processo de candidatura é analisado preliminarmente pelo Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, no intuito de averiguar se a candidatura foi efectuada com os elementos indispensáveis e se estão verificados os requisitos cumulativos do artigo 3º. -----

-----2 - No âmbito da instrução da candidatura o Gabinete de Acção Social convoca os requerentes para uma entrevista sócio-económica, podendo ser solicitada a apresentação de nova documentação e/ou aquela que esteja em falta, no prazo máxima de 10 dias apresentar sob pena de indeferimento da candidatura.-----

-----3 - No seguimento da entrevista é elaborada pelo Gabinete de Acção Social a proposta de decisão, a qual atenderá a todos os elementos constantes do processo de candidatura. -----

-----4 - Existindo indícios suficientes para o indeferimento da candidatura, será disso notificado o requerente nos termos do art. 59º (bem como do artigo 100º) do Código de Procedimento Administrativo, havendo lugar à audiência dos interessados. -----

-----5 - Decorrido o prazo da audiência, sem que o requerente se pronuncie ou apresente elementos que alterem a análise sócio-económica, é elaborada a proposta de indeferimento; -----

-----6 - A decisão final será tomada pelo Presidente da Câmara por despacho, sendo comunicada por escrito oportunamente ao requerente, tendo por base a proposta de decisão apresentada pelo Gabinete de Acção Social.-----

-----Artigo 6º - Benefícios do Cartão Social do Idoso-----

-----1 - Só haverá lugar à concessão dos apoios previstos no seguinte Regulamento após a emissão do Cartão Social do Idoso.-----

-----2 - O Cartão Social do Idoso atribui aos seus titulares os seguintes benefícios:

-----a) Redução de 25% no pagamento do consumo de água para fins domésticos até ao 1.º escalão; -----

-----b) Redução de 25% no pagamento das tarifas de resíduos sólidos e saneamento no 1º Escalão; -----

-----c) Acesso gratuito às piscinas municipais e aos espectáculos organizados pela Câmara Municipal de Bombarral; -----

-----d) Desconto de 20% no pagamento de renovações das licenças de condução de ciclomotores, motociclos e veículos agrícolas constante na Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal; -----

-----e) Descontos percentuais nas compras efectuadas em estabelecimentos comerciais aderentes nos termos dos protocolos a celebrar com estas entidades; -----

-----f) Comparticipação de 10%, sobre um montante máximo mensal de 60€ (sessenta euros) na parte que cabe ao utente na aquisição, mediante receita médica, de medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde (apresentação obrigatória de cópia da receita médica e do recibo da farmácia).-----

-----3 - Os benefícios referidos no número anterior poderão ser revistos e actuali-

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

zados por deliberação da Câmara Municipal, designadamente em atenção ao orçamento aprovado e valores máximos que vierem a ser considerados por rubrica. -----

-----Capítulo III - Cartão do Idoso -----

-----Artigo 7º -----

-----1 - Para efeitos do presente regulamento considera-se o Cartão do Idoso aquele que pode ser requerido por qualquer munícipe idoso residente no concelho, conferindo-lhe o direito a descontos em estabelecimentos comerciais com percentagens a definir pelos próprios, bem como a redução de 10% no acesso às piscinas municipais e aos espectáculos organizados pela Câmara Municipal de Bombarral.-----

-----2 - Os beneficiários do Cartão do Idoso são todos os idosos que reúnam as condições previstas nas alíneas a) e c) do art. 3º.-----

-----3 - A apresentação e procedimentos das candidaturas seguem o disposto no capítulo II com as devidas adaptações. -----

-----Capítulo IV - Disposições Comuns -----

-----Artigo 8º - Utilização do Cartão-----

-----1 - Os beneficiários do Cartão Municipal do Idoso, seja social ou não, quando pretendem usufruir dos benefícios atribuídos pelo Presente Regulamento Municipal, devem, sempre e previamente, apresentar junto da entidade respectiva o cartão de que dispõem, o qual deve estar em perfeitas condições e ser válido, sob pena de não lhes ser concedido o benefício pretendido.-----

-----2 - Para efeitos do número anterior, a entidade que verifique a utilização de cartão inválido ou de forma indevida, deverá comunicar ao Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, o ocorrido.-----

-----Artigo 9º - Obrigações dos Beneficiários -----

-----1 - Constituem obrigações dos beneficiários: -----

-----a) Informar, previamente, o Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, da mudança de residência bem como de todas as circunstâncias que alterem a sua situação económica;-----

-----b) Não permitir a utilização por terceiros; -----

-----c) Informar o Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, sobre a perda, roubo ou extravio do cartão; -----

-----d) A utilização do Cartão de forma adequada, única e exclusivamente aos fins a que se destina;-----

-----e) Anualmente fazer prova de vida e de recenseamento eleitoral no concelho de Bombarral, junto do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, durante o mês de Abril sob pena de cessação automática do cartão.-----

-----2 - Para efeitos da alínea c) do número anterior a responsabilidade do titular só cessará após comunicação por escrito da ocorrência. Se após a comunicação encontrar o cartão, deve junto do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal fazer prova da sua titularidade, sob pena do mesmo ser anulado.-----

-----Artigo 10º - Cessação do Direito de Utilização do Cartão Municipal do Idoso ---

-----1 - Constituem causa de Cessação de Direito de Utilização do Cartão Social do Idoso, nomeadamente: -----

-----a) As falsas declarações para obtenção do cartão terão como consequência imediata a sua anulação, a devolução dos valores correspondentes aos benefícios

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

obtidos e a interdição, por um período mínimo de três anos de qualquer apoio da autarquia, sem prejuízo da responsabilidade civil e/ou criminal a que haja lugar; -----

-----b) O recebimento de outro subsídio ou benefício, não eventual, concedido por outra instituição e destinado aos mesmos fins, salvo se for dado conhecimento ao Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Bombarral e esta, ponderadas as circunstâncias, considerar justificada a acumulação; -----

-----c) A alteração de residência; -----

-----d) A transferência do recenseamento eleitoral para outro concelho; -----

-----e) A violação de qualquer norma do presente Regulamento; -----

-----Artigo 11º - Sanções -----

-----1 - O incumprimento das regras estabelecidas no presente regulamento, quer pelos candidatos, quer pelos beneficiários, determina a aplicação de sanções, em função do grau da gravidade e da reincidência da infracção cometida, sem prejuízo das demais disposições da Lei e do presente regulamento que dispõem sobre as sanções a aplicar em cada situação concreta. -----

-----2 - Sem prejuízo das sanções a aplicar por violação da legislação civil e/ou criminal, considera-se para efeitos deste regulamento as seguintes sanções: -----

-----a) Aviso verbal que posteriormente pode ser formalizado mediante ofício registado, convidando-se o infractor a pôr termo imediato aos actos, acções ou omissões não permitidas; -----

-----b) Suspensão do período em que pode utilizar os benefícios do Cartão Municipal, a fixar entre 1 mês a 6 meses; -----

-----c) Perda dos benefícios concedidos pelo presente regulamento por período até 5 anos, com entrega imediata do cartão que se encontra na posse do infractor; -----

-----d) Impossibilidade de se candidatar em igual período (5 anos) a qualquer benefício social promovido pelo Município do Bombarral, incluindo os previstos no presente regulamento; -----

-----3 - Independentemente do exposto no número anterior a conduta ou omissão do infractor sempre que geradora de danos materiais dará lugar necessariamente ao ressarcimento de todos os danos patrimoniais resultantes da infracção cometida. -----

-----Artigo 12º - Validade do Cartão-----

-----1 - O Cartão Municipal do Idoso é pessoal e intransmissível por qualquer via; -

-----2 - A 2ª via do Cartão, independentemente do motivo deve ser requerida junto do Gabinete de Acção Social mediante a devida fundamentação com a liquidação do montante de 2,5€ para a emissão de novo cartão; -----

-----3 - Para efeitos do nº2 do presente artigo, o Gabinete de Acção Social reserva-se o direito de propor o indeferimento da emissão de 2ª via, fundamentando essa decisão. -----

-----Artigo 13º - Disposições Finais -----

-----1 - Os encargos resultantes da aplicação deste Regulamento serão comparticipados por verbas, a inscrever anualmente, no orçamento da Câmara Municipal de Bombarral, sem prejuízo de eventuais alterações ou revisões orçamentais; -----

-----2 - Este Regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e, nos termos legais, as alterações consideradas indispensáveis; -----

-----3 - O presente regulamento entra em vigor depois de aprovado pela Assem-

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

271 bleia Municipal. -----
272 ----- Artigo 14º - Dúvidas e Omissões -----
273 -----A resolução de lacunas ou dúvidas que se suscitam estarão no âmbito das
274 competências da Câmara Municipal de Bombarral, mediante deliberação.” -----
275 **0386. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABO-**
276 **RAÇÃO COM AS FARMÁCIAS:** Foi adiada a apreciação deste assunto para uma
277 próxima reunião. -----
278 **0387. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA REDUÇÃO DAS TAXAS DE**
279 **CONSTRUÇÃO E OUTRAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:** Foi presente a seguinte
280 proposta dos senhores vereadores do Partido Socialista: “considerando que: -----
281 a) A actual crise financeira mundial, tem repercussões também a nível nacional e con-
282 celho; -----
283 b) Que um dos sectores mais afectados por esta crise é o da construção civil; -----
284 c) Que no concelho do Bombarral, o sector de construção civil, é um dos sectores de
285 actividade económica com maior relevância, tanto em volume de negócios como ao
286 nível do emprego; -----
287 d) Que existem no nosso concelho, muitas empresas que dependem directa e indirectamente do sector da construção civil, nomeadamente, empresas de fabrico de pré-esforçados de cimento, serralharia, pintura, canalização, electricidade e climatização e empresas comerciais ligadas a estes sectores; -----
288 e) Que neste momento se assiste ao estagnar da economia local, no que diz respeito a este sector, o qual se verifica, através da diminuição dos licenciamentos de obras, do não levantamento das licenças já concedidas e da não transacção de imóveis já construídos; -----
289 f) Que a manter-se tal estagnação, a mesma irá afectar a economia local, mormente as empresas e as famílias que dependem directamente ou indirectamente do sector de construção civil; -----
290 g) Que tal estagnação acabará, igualmente, por ter reflexos na diminuição das receitas do Município; -----
291 h) Que as autarquias e em particular o Município do Bombarral deverá ter estratégias de desenvolvimento do seu concelho de combate à crise, mediante a assumpção de uma postura pró-activa. -----
292 Propomos uma redução em metade do valor das taxas de construção e quaisquer
293 outras operações urbanísticas, a fim de diminuir os encargos no sector da construção civil e ajudar a relançar a economia no nosso concelho. Esta medida entrará em vigor automaticamente e durará até ao dia 31.12.2009, podendo ser renovada no final deste período por igual ou menor período.” -----
294 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse que a proposta se destina a aplicarem no concelho algumas medidas para tentar resolver os efeitos da crise financeira, nomeadamente no sector que, a seguir à agricultura, é a principal do nosso concelho que é a construção civil, que neste momento está praticamente estagnada. Não são estas medidas que resolvem o problema por si só, mas visam dar aos agentes alguma sensação de preocupação e proximidade para que os agentes económicos vejam na autarquia um parceiro disposto a ajudar a resolver os problemas. Gostaria de ver outras propostas noutras áreas para minorar os efeitos da crise económica. O Gover-

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

no tem dado alguns contributos mas cabe também às autarquias dar alguns contributos. -----

-----O senhor vereador Mário Morgado considerou que mediante a apresentação desta proposta e pelo tempo que decorreu desde a sua apresentação era importante terem algumas informações sobre o impacto económico na receita do Município com a implementação de uma proposta deste tipo, o que pode condicionar uma tomada de decisão. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que, não menosprezando o sentido da proposta numa altura de crise, só quer dizer que neste momento o Bombarral é o concelho que pratica as taxas mais baixas na área da construção civil na região, apresentando mapa comparativo. Chamou a atenção de que nesta área o problema não se põe ao nível da construção mas sim ao nível da procura. Surgem-lhe um conjunto de dúvidas sobre esta proposta, julgando que a mesma terá de ir à Assembleia Municipal. Entende, dentro do espírito de fazer propostas que tenham a ver com o minorar da crise, que esta proposta não resolve o problema porque não abrange o cerne da questão que tem a ver com a situação económica das famílias, a dificuldade de acesso ao crédito bancário, o desemprego e a instabilidade na manutenção do emprego. Por outro lado, ainda a semana passada o senhor Gabriel Martins fez uma intervenção sobre a situação financeira da autarquia, referindo-se a receitas virtuais e à falta de cobrança de receitas e agora esta proposta vem mais uma vez diminuir as receitas municipais. Além da informação sobre o impacto financeiro desta proposta, falta uma informação sobre se é juridicamente possível.-----

-----O senhor vereador Gabriel Martins considerou que, a ter impacto económico é no sentido do aumento da receita, nomeadamente através da cobrança de IMI e IMT nos anos seguintes. A 19 de Dezembro quando receberam a informação sobre a situação financeira da autarquia, verificaram que se tinha cobrado uma receita em loteamento e obras no montante de € 19.943. Se multiplicarem este valor por 12 meses, dará cerca de € 250.000. Dividindo esse valor por 50% dará € 125.000. A continuar com estes valores iríamos ter uma diminuição de receita de € 125.000, mas a verdade neste momento é que verificamos um descer a pique da entrada de processos de obras e de loteamentos. Temos noção que estes valores vão agravar-se durante o ano, logo a diminuição de 50% seria na ordem dos € 100.000. Só que esta medida tem o efeito de levar os promotores a pensar duas vezes e a levantarem as licenças. Se numa primeira análise simples podemos concluir por uma diminuição das receitas na ordem dos € 100.000, por força desta medida isso vai ser atenuado. No mínimo o efeito é zero e considera que, a haver efeito, será no sentido de aumentar a receita porque irá, mais tarde, levar ao aumento da receita do IMI e do IMT. Relativamente ao facto do Bombarral ter as taxas mais baixas da região, o que é certo é que isso em relação aos investidores na área da construção civil não é comparável e tem-nos levado a saírem do nosso concelho e irem investir noutros concelhos por razões de mercado. Esta medida destina-se aos que cá querem investir. A falta de compradores é um problema geral e que cada concelho, à sua medida, tem de resolver e não limitar-se a ficar à espera que a crise passe. As propostas concretas para fazer o diferenciação do Bombarral em relação aos outros concelhos, são zero. Este é um contributo muito pequeno e que vai ser ponderado por quem quiser investir. Falaram com alguns

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

industriais da área que disseram que não é por causa disto que vão investir, mas é considerando isto que podem investir. Quanto ao estado psicológico de inibição das pessoas, tal como o Governo, as autarquias têm de dar sinal de combate a esse estado. Esta medida, juntamente com outras que possam vir a ser tomadas, contribui para as pessoas se confrontarem se vão ou não continuar nessa inibição. Em relação à Assembleia Municipal, obviamente que sim, apesar de se lhe levantarem muitas dúvidas. Já hoje falaram na alteração do regulamento de taxas no âmbito do Regulamento do Cartão do Idoso, e ainda ninguém disse que isso também tinha de ir à Assembleia Municipal. Se esta medida não for tomada com urgência não terá efeito.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse haver algumas questões contraditórias que não têm a ver com a realidade do país. A crise neste sector não tem a ver com as taxas que os construtores têm de pagar. O que sabem é que isso tem a ver com o facto de não haver procura. A realidade é que há inibição da parte da banca em conceder crédito. Não acredita que vai aumentar a receita, porque um verdadeiro investidor sabe como está o mercado e não vai avançar com mais construções. -----

-----O senhor vereador Mário Morgado disse ter entendido que a mensagem foi mais direccionada para o seu lado do que para o lado do PSD. Comunga das preocupações do Partido Socialista, que traduz o pulsar da comunidade que nos rodeia. Quanto ao argumento de que esta redução das taxas levam ao aumento imediato e à dinamização da construção, tem dúvidas quanto a esse efeito. Dada a conjuntura não sabe se será assim tão seguro e imediato. Viu os mapas facultados e há taxas que o município está a praticar que são 1/5 do valor praticado pelos Municípios limítrofes. Realmente os construtores do nosso concelho que se têm afastado devido à crise, devem andar equivocados. Realmente as taxas praticadas pelos bancos são agora mais baixas do que nunca, mas as pessoas ou não têm recursos ou os que os têm estão de tal forma instáveis que não se arriscam a um investimento nesta altura e os bancos também estão a tomar maiores cuidados. Fez uma analogia com uma história de que o Governo se lembrou e que é a diminuição das taxas do IRS em função da vontade dos Municípios. Os mais necessitados que têm menores rendimentos não irão usufruir quase nada desta medida, enquanto que quem tem rendimentos elevados irá receber quantias significativas. Concorde que a Câmara Municipal deve tomar medidas. A existência das taxas é para gerar receita que permita fazer obras sociais, pelo que existe alguma incongruência na proposta porque ao diminuir-se as receitas fazem-se menos obras. Lembrou que em relação aos empresários deste concelho já não é cobrada derrama. A Câmara Municipal deve tomar medidas para o desenvolvimento, mas ao nível destas taxas tem uma prática que lhe parece favorável. Uma medida que a Câmara Municipal pode tomar é ser mais fiscalizadora e actuante quanto à recuperação dos imóveis degradados. -----

-----O senhor vereador Fialho Marcelino parafraseou o senhor Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses acerca do papel das Câmaras Municipais na tentativa de redução dos efeitos da crise mundial devendo estar permanentemente a dar sinais de se querer minorar os efeitos da crise. Bastam pequenos sinais para haver investimento. Se esta proposta não tiver outro tipo de efeitos, que tenha o de dar um pequeno sinal da autarquia estar ao lado de quem quer ajudar a sair da crise. Neste momento provavelmente não podemos ir para outras propostas de maior envergadura.

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

dura. -----
-----O senhor vereador Gabriel Martins disse ter respondido à questão do senhor vereador Mário Morgado quanto ao impacto económico, que era relevante, e às perguntas do senhor Presidente da Câmara. Embora por vezes servindo de fiel nas decisões, o senhor vereador Mário Morgado não deve ter a veleidade de considerar que é nele que se concentram as atenções. Não deixa de registar a coincidência de posições com o PSD que o senhor vereador da CDU adopta sempre que o PS apresenta uma proposta parecendo que a CDU fica sempre mais incomodada que o PSD. O vereador da CDU já tem um exemplo aquando da questão do Largo do Grémio em que não quis aprovar a proposta do PS e agora continua a ver navios. Relativamente á análise desta listagem hoje entregue, com comparação em relação aos outros municípios da região a listagem, não tem comparação com o Cadaval, Arruda dos Vinhos, Alcobaça e Nazaré, e mesmo em relação aos Municípios que estão na listagem, aparecem itens em branco. O senhor Presidente da Câmara diz que não acredita que esta medida vá resolver a crise económica no concelho e isso porque a medida não vai ter impacto económico e vamos continuar a ver a construção civil a afundar-se. Considerou que deve pelo menos utilizar o factor psicológico para que as pessoas vejam na Câmara Municipal a preocupação de as ajudar. Se não houver medidas que levem as pessoas a ponderar nos investimentos, então é que elas não ponderarão investir. A questão das receitas e a incongruência de uma eventual redução das mesmas, é um problema de acreditar ou não na medida. Acham que não vai haver diminuição nas receitas e o impacto da medida será próximo de zero. -----

-----Pelas 18:48 horas, a pedido dos eleitos do PSD, foi a reunião interrompida por 3 minutos, sendo reatada pelas 18:51 horas. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse entenderem que neste momento a proposta não vai contribuir para ajudar a resolver os efeitos da crise, mas a sua apresentação traduz-se num sinal positivo de preocupação. Nesse sentido e condicionado a que a proposta seja analisada juridicamente, entendem viabilizar a mesma. -----

-----Foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador Mário Morgado e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

PROLONGAMENTO DA REUNIÃO: Pelas 19:00 horas, atingido o limite regulamentarmente estabelecido, foi deliberado por unanimidade prolongar a reunião por mais uma hora. -----

0388. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO FUNDO DE MANEIO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta do senhor Presidente da Câmara: “Por deliberação de Câmara de 26.01.2009, foram constituídos Fundos de Maneio”, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, apresentando-se como verbas anuais, excepto no que respeita aos fundos de maneio do Exmo. Sr. Presidente, Sr. Vereador em Regime de permanência e da Divisão Técnica, os quais serão mensais. Devido aos diversos eventos realizados no âmbito do pelouro da cultura (Feira do Livro, Festival do Vinho, actividades no Teatro Eduardo Brazão, exposições no Museu Municipal...), verifica-se a necessidade de que o Fundo de Maneio do ex.mo senhor

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

- 451 vice-Presidente da Câmara, tenha verbas trimestrais. Assim proponho que a Câmara
452 Municipal de Bombarral delibere no sentido de que a verba do Fundo de Maneio seja
453 um averba trimestral e não anual, como deliberado anteriormente.”-----
454 **0389. PROLONGAMENTO DE HORÁRIO:** Foi presente a seguinte proposta do senhor Pre-
455 sidente da Câmara: -----
456 -----“Considerando que a senhora Maria Leonor Correia Bonifácio Santos, na qua-
457 lidade de exploradora do estabelecimento Snack-bar Europa, sito no lugar da Delgada,
458 vem requerer o alargamento de horário até às 03:00 horas todos os dias da semana;
459 considerando que os pareceres solicitados à Junta de Freguesia, á Guarda Nacional
460 Republicana de Bombarral e à DECO não são unânimes no prolongamento solicitado;
461 proponho que a Câmara Municipal em reunião do executivo, aprecie e delibere sobre a
462 viabilidade de prolongamento do horário, para o referido estabelecimento e nos mol-
463 des requeridos pela munícipe acima referida.” -----
464 -----Foi deliberado por unanimidade indeferir a pretensão apresentada pela senho-
465 ra D. Maria Leonor Correia Bonifácio Santos, na qualidade de exploradora do estabe-
466 lecimento Snack Bar Europa, sito no lugar da Delgada, para o alargamento de horário
467 até às 03:00 horas todos os dias da semana, com fundamento no parecer da Guarda
468 Nacional Republicana.-----
469 **AUSÊNCIAS:** Pelas 19:15 horas, ausentou-se de reunião o senhor vereador Fialho
470 Marcelino.-----
471 **0390. NÚCLEO DE CULTURA, DESPORTO E MELHORAMENTOS DO CARVALHAL:**
472 Atendendo o solicitado por requerimento do Núcleo de Cultura, Desporto e Melhora-
473 mentos do Carvalhal, foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a isenção
474 do pagamento de dois ramais de esgotos e um ramal de água. -----
475 -----O senhor vereador Mário Morgado sugeriu que o executivo se desloque ao
476 local. -----
477 **0391. RAMAIS DE ÁGUA:** Foi deliberado por unanimidade aprovar a seguinte proposta do
478 senhor vereador José João Ferreira: -----
479 -----“Considerando que aquando da elaboração dos orçamentos para a execução
480 dos ramais de água na Rua dos Penicheiros, na localidade de Gamelas, não foi tido
481 em conta que a extensão em causa iria servir vários moradores; considerando que
482 dois dos moradores já efectuaram o pagamento segundo aquele cálculo, mas que
483 deveria ter sido revisto pois a extensão em causa serve já para 6 moradores, deve ser
484 reembolsado o senhor José Carlos Saraiva Soares o valor de € 373,09 e ao senhor
485 Nelson José Filipe Garcia, o valor de € 995,56; Proponho que a Câmara Municipal em
486 reunião do executivo, aprecie e delibere no sentido de reembolsar os munícipes em
487 causa do valor a que têm direito e que foi pago a mais.” -----
488 **0392. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DE PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DA**
489 **ROLIÇA PARA ATRIBUIÇÃO DE DENOMINAÇÃO A ARRUAMENTO SITO NO**
490 **LUGAR DE AZAMBUJEIRA DOS CARROS:** Apreciado o ofício n.º 14/CM/09 da Junta
491 de Freguesia da Roliça, foi deliberado por unanimidade aprovar a atribuição da deno-
492 minação de Rua José Maria Rosário Guilherme, ao arruamento sito no lugar de Azam-
493 bujeira dos Carros, freguesia de Roliça, desde o cruzamento da Rua Fonte da Quinta
494 até à Rua Relva Longa. -----
495 **0393. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º**

ACTA N.º 08/2009 – Reunião extraordinária do dia 2009.03.23

496 **228/DOPPU/SAOP/09 RELATIVA A VISTORIA EFECTUADA A IMOVEL DEGRA-**
497 **DADO SITO NA RUA JOSÉ THEMÓTEO, LUGAR DE A-DOS-RUIVOS:** Apreciada a
498 informação n.º 228/DOPPU/SAOP/09, foi deliberado por unanimidade notificar o pro-
499 prietário do imóvel sito na Rua José Themóteo, lugar de A-dos-Ruivos, freguesia de
500 Carvalhal, para no prazo de 60 dias a contar da data da notificação, proceder à execu-
501 ção das obras de conservação necessárias nos termos do artigo 89.º do RJUE. -----
502 **0394. RECTIFICAÇÃO Á ACTA 30/2008 – PONTO 1326:** Apreciada a informação n.º 15/09,
503 foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte rectificação ao ponto
504 1326 da acta 30/2008 de 13 de Outubro: onde se lê “(...) € 991,30 (,,,)” deve ler-se
505 “(...) € 991,31 (...)”. -----
506
507 -----Pelas 19.30 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que
508 depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2
509 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo
510 funcionário municipal que a lavrou.-----
511
512 O Presidente da Câmara:
513
514 O Funcionário:
515